

ANTONIO GRAMSCI – INTÉRPRETE DA “ÉPOCA DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL”*

Roberto Cicarelli

A competição mundial entre os Estados Unidos da América e a União Soviética se inicia em 1917. A parábola da leitura gramsciana do “wilsonismo”. As análises de *Americanismo e fordismo: Estado e queda tendencial da taxa de lucro*. A crise de 1929, o “socialismo em um só país” e a derrota do leninismo.

O que Antonio Gramsci escreveu entre o final dos anos 1920 e início dos anos 1930 constitui, em primeiro lugar, a confirmação do nascimento de uma ordem geopolítica do mercado capitalista mundial de natureza bipolar entre a União Soviética e os Estados Unidos da América. Em outras palavras, identificamos em Gramsci o crítico mais atento da dialética da ordem bipolar que dominou a época do “desenvolvimento nacional” de 1917 a 1989,¹ exatamente nos anos em que se criavam as condições para a maturação definitiva dessa nova ordem, resolvendo as últimas contradições internas em relação à hegemonia que se estabeleceria entre as diversas concepções disponíveis de mercado mundial: a concepção alemã, que concebia o mercado mundial em termos imperiais; e, de outro lado, as concepções soviética e americana, que concebiam o mercado mundial nos termos de sua divisão em função da efetiva capacidade militar e econômica.

* Ensaio vencedor do “Prêmio Valentino Gerratana” de 2002, instituído pela International Gramsci Society-Itália. Tradução: Geraldo Magella Neris e Edilene da Cruz Silva.

1917: O NASCIMENTO DO “WILSONISMO” E DO “LENINISMO”

O ano de 1917 marca uma reviravolta ideológica na história do sistema mundial moderno. Em 2 de abril de 1917, o presidente Woodrow Wilson manifestou, perante o Congresso dos Estados Unidos, a necessidade de declarar guerra à Alemanha. Ele afirmou que os Estados Unidos deveriam defender a democracia no mundo, ignorando o papel da Liga de Genebra e da posição defendida pela Inglaterra, até aquele momento uma potência mundial incontestada. A nova “missão” americana previa que os Estados Unidos se tornassem – a partir de então – o Estado regulador dos conflitos mundiais. Essa regulação deveria ocorrer através do voto popular expresso na figura dos representantes singulares dos Estados-nação envolvidos, e não mais por imposição da lei do mais forte. A nova política americana, como destaca o historiador inglês P. Kennedy, encontrou um consenso favorável na esteira do conflito que se estendeu entre 1914-1918, dada a mobilização geral das sociedades européias e coloniais no conflito armado mundial. Evidentemente, as diversas populações nacionais manifestaram a vontade de tomarem decisões conjuntamente em tempo de paz, principalmente porque a guerra declarada pelos Estados Unidos era consensualmente vista como uma luta pela democracia e pela autodeterminação das nações.² O presidente Wilson havia ligado a idéia de uma vitória total sobre a Alemanha a uma

renovação profunda de todo o ordenamento do poder capitalista mundial.

A crítica americana ao velho ordenamento estatal europeu rapidamente chocou-se com a crítica efetuada pela revolução bolchevique russa, ocorrida em 7 de novembro de 1917, que exercia um grande fascínio sobre a classe operária organizada dos países industrializados e incitava as populações coloniais a se rebelarem contra o domínio europeu. Esta se configurou como um apelo internacionalista destinado a romper o arranjo do poder mundial estabelecido pelas potências europeias, exatamente como as massas russas tinham feito com a autocracia czarista.³ Ambas as críticas, uma do ponto de vista nacionalista, a outra da perspectiva internacionalista, tornavam evidente a existência de uma distinção entre centro e periferia, entre um Norte e um Sul, no interior do sistema mundial do mercado capitalista. Assim, as duas ideologias se lançaram a uma batalha obsessiva, utilizando todos os meios disponíveis, pela integração da periferia no sistema mundial, lutando pela conquista da hegemonia sobre estes complexos processos de autodeterminação.

O wilsonismo se assentava sobre os pressupostos clássicos do liberalismo. Era uma doutrina universalista que pregava a igual dignidade das nações, sinalizando para a regulação reformista e pacífica dos conflitos internacionais. Nesse sentido, dava grande ênfase ao princípio da liberdade individual – até aquele momento restrito apenas à esfera individual do proprietário burguês – ampliado para a relação entre os Estados-nação e povos no contexto do horizonte internacional. Como já dito, tratava-se do princípio da autodeterminação dos povos – isto é, do princípio de liberdade individual transposto para o plano do sistema interestatal. Todavia, não se tratava da reivindicação universalista dos direitos dos povos oprimidos pelo domínio colonial; muito menos de forjar uma ferramenta teórica e propagandística a ser utilizada na luta pela eliminação dos impérios coloniais francês, inglês e holandês. Representava a idéia da projeção da potência política e militar americana a todo o mercado mundial, demonstrando que os Estados Unidos da América não podiam permitir outros concorrentes, tecnológica e economicamente inferiores.

O que é conhecido como “leninismo” não perseguia objetivos políticos distintos daqueles buscados pelos americanos. Os *slogans* eram muito

semelhantes, mesmo quando enfatizasse o antiimperialismo e o internacionalismo proletário. Neste caso, tratava-se da afirmação agressiva da identidade da classe operária, que vinha associada à idéia de “povo”, corporificando a própria idéia de nação. Uma vez consolidada a insurgência nacional contra o domínio colonial dos impérios europeus, o objetivo a longo prazo da revolução proletária mundial seria o de apropriar-se do mercado mundial. Portanto, não se tratava de um delírio utópico: a revolução mundial contra os regimes liberais do imperialismo europeu era vista por Lênin como o objetivo a médio prazo para a conquista definitiva do controle da estrutura do poder mundial. A demonstração da existência dessa estratégia reside na ênfase posta pelos bolcheviques na constituição da federação das repúblicas autônomas, deixando o mais amplo espaço para a liberdade e a autodeterminação dos povos e nações presentes no ex-império czarista.

No centro da competição mundial entre os Estados Unidos da América e a União Soviética, iniciada precisamente em 1917, estava o ordenamento geopolítico, econômico e financeiro entre o Norte e o Sul do planeta. Ambas as doutrinas se autointerpretavam como rivais, sofrendo importantes modificações ao longo do tempo em seus objetivos e nos meios a serem utilizados para alcançá-los. O leninismo, em seguida à derrota da revolução proletária na Europa, pouco depois do fim da Primeira Guerra Mundial, sofreu um deslocamento e uma transformação evidentes: de uma teoria da insurreição das massas proletárias contra os regimes políticos e econômicos da burguesia industrial ocidental se transformou, após o Congresso de Baku, em uma teoria do anti-imperialismo que passa a ser utilizada rapidamente como arma teórica não apenas contra os domínios coloniais europeus na Ásia, mas também contra a estratégia neo-imperialista dos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. O wilsonismo, graças às mediações de F. D. Roosevelt, transformou-se na teoria do poder mundial americano. J. Schurmann escreveu que a característica essencial da visão de Roosevelt

[...] residia no fato de que a segurança mundial devia estar assentada sobre o poder americano exercitado pelos sistemas internacionais. Mas, para que tal modelo exercesse uma vasta atração ideológica nos diversos povos, ele deveria provir de uma instituição menos

esotérica do que um sistema monetário internacional e menos grosseira do que um complexo de alianças ou bases militares [...] ⁴

assim como tinha sido o domínio britânico sobre o mundo. Portanto, as Nações Unidas tinham percebido o papel residual da Liga das Nações, apelando às aspirações das nações pobres à independência, ao progresso e à igualdade com as nações ricas. A doutrina rooseveltiana de um “único mundo”, que compreendia também a União Soviética, contemplada como nação pobre admitida no contexto da *pax* americana, é substituída, mas sem ser modificada em suas ambições imperiais, pela idéia da América como o único “país livre”, elemento excepcional na limitação da influência soviética sobre o mundo das ex-colônias constituídas entre as três décadas que vão de 1945 a 1975.⁵ O conflito não chegou a explodir, sobretudo devido à força dissuasiva do arsenal nuclear, mas se difundiu amplamente através dos processos de descolonização e do grande fascínio que o socialismo de Estado exerceu sobre os povos do Terceiro Mundo que então se encontravam em luta pela autodeterminação.⁶ O modelo proposto por Moscou era realmente mais próximo daquele desejado pelos países submetidos há séculos pela dominação, desprovidos de capital privado, de uma indústria autônoma e de um comércio interno e externo, exatamente como era a situação da União Soviética nos anos imediatamente posteriores à Primeira Guerra Mundial.

GRAMSCI E O WILSONISMO

Logo após a Revolução de Outubro, Gramsci escreveu críticas bastante positivas e lisonjeiras em homenagem a Woodrow Wilson, o qual era contraposto a Clemenceau. O presidente americano dirigia um povo livre dos entraves feudais típicos da economia européia – e, de modo particular, dos entraves existentes na Europa mediterrânea – que havia conquistado a “liberdade econômica e política” com a independência do império britânico e a liberação do indivíduo “dos vínculos e da tutela paternalista dos monopolizadores da sabedoria e da justa medida”. Eis a conclusão de Gramsci: “Lênin e Wilson são os dois gênios políticos que a guerra colocou em primeiro plano, cujas personalidades e obras atraem a atenção da melhor parte respectivamente do proletariado e da burguesia.”⁷ É uma

comparação que julgamos fundamental: primeiramente, porque é o testemunho de uma leitura muito avançada dos acontecimentos mundiais. Em segundo lugar, porque o jovem Gramsci demonstra um certo espírito crítico na equiparação da “velha” Europa não só favorável aos Estados Unidos, mas também à Inglaterra. É a contraposição entre um regime de natureza centralista, como é o caso do regime francês, e outro fundado sob a descentralização, a divisão dos poderes, a liberdade individual:

[...] um tirano apossando-se de Paris dominaria toda a França, porque toda a França depende de Paris. Já ao contrário, um tirano que se apossasse de Londres ou Washington não dominaria a Inglaterra ou os Estados Unidos, porque o capitalismo anglo-saxão, dado o seu desenvolvimento orgiástico, precaveu-se por meio da descentralização e da divisão clara dos poderes de qualquer forma de tirania.⁸

A “missão” de paz representada pelo famoso programa wilsoniano de 14 pontos anunciado em janeiro de 1918 parecia à Gramsci um ato de acusação contra a vocação protecionista típica do regime westfaliano europeu, que presumivelmente criara as premissas da guerra. Portanto, a missão americana no mundo parecia garantir as condições para uma reforma dos Estados-nação própria do liberalismo. Para demonstrar isto, recorrendo a um artigo “honesto e sério” de Luigi Einaudi, Gramsci sustenta a tese liberal de que “o livre-comércio além de ser uma questão econômica é também uma questão moral. E, neste sentido, a sua proposição tem um significado universal, transcendendo os limites de classe”.⁹ Garantir o livre-comércio em nível mundial significa eliminar as condições estruturais que permitem aos Estados-nação instaurar regimes protecionistas. A guerra dos países anglo-saxões era dirigida contra o antigo regime westfaliano que Gramsci localizava na aliança estabelecida entre a Alemanha e a Áustria-Hungria. É necessário sublinhar que, pelo menos em relação a esses primeiros escritos, Gramsci ignorava que a implementação do regime de livre-comércio em nível mundial correspondesse ao aprofundamento das políticas imperialistas potencializadas pela extraordinária capacidade produtiva americana que necessitava de novos mercados para as suas exportações e para os seus investimentos externos. De qualquer forma, permanecia firme e irrevogável a recusa da guerra, entendida significativamente

como “guerra econômica”. Em um artigo de agosto de 1916, Gramsci chamava a atenção para o bloqueio naval inglês contra a Alemanha – que acabou atingindo a população civil – e cujo objetivo explícito era “isolar o povo alemão para enfraquecê-lo, para extirpá-lo da superfície da terra”.¹⁰ O ataque à população civil assinalava uma transformação significativa do tipo de guerra em curso, pois implicava a colisão entre duas idéias diversas de mercado mundial: a anglo-saxã e a alemã. Era a hegemonia sobre o mercado mundial que estava em jogo. Conseqüentemente, não se tratava mais do choque entre duas potências “comerciais”. Para conquistar essa hegemonia era lícito desencadear uma guerra de aniquilação contra o inimigo. Nações inteiras foram fragmentadas, populações inteiras foram transferidas no interior de uma Europa órfã de sua unidade política secular. Na visão de Gramsci, a desumanidade do bloqueio naval inglês contra a Alemanha confirmava o parecer favorável que a opinião pública nutria sobre o papel humanitário da missão americana no mundo. O projeto wilsoniano para a Liga das Nações se revelava como o projeto de uma paz universal que favoreceria o regime mundial de livre-comércio. A Liga colocava a exigência impostergável de um sistema econômico que necessitava, pelas exigências intrínsecas da produção e da troca, de uma forma política de convivência internacional diferente daquela dos Estados nacionais europeus. Em relação a isto Gramsci escrevia:

Woodrow Wilson chegou à presidência dos Estados Unidos por representar os interesses políticos da classe capitalista que é a quintessência do capitalismo: os produtores não protegidos e que não podem ser protegidos, os industriais que exportam, que necessitam de novos mercados, que podem ser prejudicados em seu desenvolvimento vigoroso e espontâneo pelo protecionismo de outros países. A sua ideologia política é a democracia liberal e liberista.¹¹

Os Estados Unidos, ao promoverem a Liga das Nações, não fazem outra coisa senão satisfazer as exigências primárias da burguesia internacional, que não queria o protecionismo, a guerra de tarifas; mas que, ao contrário, desejava uma espécie de superestado supranacional que “representa, para os Estados singulares, a garantia de segurança e liberdade que corresponde no plano do Estado-nação o que o *habeas-corpus* representa para a liberdade e a segurança individual dos cidadãos singulares”.¹²

Isto significava a unificação do mercado mundial segundo o ponto de vista da burguesia empreendedora. Para Gramsci, também à luz da contemporânea revolução proletária na Rússia, essa unificação constituía o antecedente histórico da unificação do mercado mundial segundo a perspectiva dos produtores, isto é, da classe operária. E, de fato, escrevia num artigo significativamente intitulado “Wilson e os socialistas”: “Da Internacional do capital se deverá passar necessariamente à Internacional do proletariado”.¹³ Tratava-se de uma visão “continuista” entre as hegemonias do mercado mundial que encontrava o seu ponto de contato precisamente na luta contra as velhas potências européias a favor da liberdade de autodeterminação das nações e dos povos coloniais. Existe um outro artigo que explicita esta idéia de Gramsci (“Wilson e os maximalistas russos”), no qual ele propugnava o nascimento de um processo histórico, reconhecidamente de longa duração, que levaria finalmente a uma nova época de liberdade e justiça. Esse processo, segundo uma idéia mestra histórico-idealista, seria iniciado pelas elites nacionais e, posteriormente, levado a cabo por todo o povo. O que executavam, de um lado Wilson e de outro Lênin, era uma operação, certamente jacobina, de conquista do poder no âmbito mundial, porém adequadamente funcional ao processo de maturação histórica dos povos:

[...] uma grande afirmação de civilização não se conclui em um ano ou em seis meses [...] Primeiramente, são poucos os indivíduos que vibram sob o efeito das correntes ideais que a grande massa não acolheu ainda. É a partir da ação de poucos que todo um estrato social, uma classe, se apropria de uma idéia, fazendo dela a sua própria idéia.¹⁴

Essa visão gramsciana do liberalismo americano não tardou em se transformar em uma visão mais realista, configurada em seguida às primeiras resoluções do governo americano após o refluxo da revolução comunista na Europa. Imediatamente após o seu estabelecimento na Hungria, a administração do governo Wilson, na figura de Herbert Hoover, então comissário de suprimento

O projeto wilsoniano para a Liga das Nações se revelava como o projeto de uma paz universal que favoreceria o regime mundial de livre-comércio.

alimentar e futuro presidente dos Estados Unidos, afirmou a necessidade de derrubar o governo de Bela Kun, acusando-o de constituir um perigo econômico para toda a Europa. Em outras palavras, os Estados Unidos da América tinham interpretado a revolução comunista como uma nova ameaça à sua recém-conquistada hegemonia sobre o mercado mundial. Os bolcheviques constituíam uma ameaça à segurança nacional do povo americano e, portanto, para a organização social de todo o mundo. Nas palavras de Hoover é possível descobrir o nexo entre a segurança do Estado americano e o funcionamento do mercado mundial que constituirá o argumento fundamental da propaganda americana no curso da “guerra fria”. O intervencionismo americano seria logo explicitado pela adoção de represálias econômicas contra o povo húngaro, quando de sua recusa em derrubar o regime comunista instituído em 1919.

Na visão de Gramsci o capitalismo americano adquirira um novo aspecto que não era mais aquele de “porta aberta”, da livre-concorrência defendida por Wilson, porém assumia os traços mais desumanos de uma hegemonia econômica sobre o mundo livre. Os Estados Unidos não participaram da guerra para assegurar ao mundo uma “paz perpétua”, mas para subtrair às velhas potências imperialistas européias o comando sobre o mercado mundial. A cruzada americana contra o bolchevismo era somente uma forma de intervir no processo de reestruturação dos Estados-nação europeus após o desmonte do Império Austro-Húngaro. As condições impostas para a obtenção de empréstimos e ajuda alimentar, como ficou evidente no caso da ajuda da Argentina à Áustria, consistia numa forma de impedir qualquer revolta comunista. Os Estados Unidos, através do controle da Liga das Nações, formalizaram uma chantagem política em nome da democracia. Gramsci assim comentava:

[...] entre a glória e o esplendor da sociedade capitalista só faltava isto: a chantagem da fome. Exercida em grande escala, afetando todo um povo. A demagogia expressa na “Sociedade das Nações”, na “família das nações”, fundada sobre a independência e a liberdade dos povos, é negada pela advertência que emerge do fundo da América chamando brutalmente à realidade. Os povos da Europa, esfomeados por quatro anos de guerra, que enfraqueceu os homens e esterilizou os campos, subordinam a fome de liberdade à fome de pão [...] Está na ordem burguesa e capitalista das coisas. Pode-se observar que a exigência da Argentina à república austríaca constitui um verdadeiro atentado aos direitos

dos povos. Mas o regime capitalista não é em si um atentado contínuo ao direito dos povos, ao direito individual e ao direito coletivo? Portanto, nós “socialistas-comunistas” não podemos nem devemos nos surpreender se a Argentina ameaça o povo da Áustria com o cruel dilema: “Ou a ordem burguesa ou a fome!”. Mas o que dizem os apóstolos delirantes de uma “Sociedade das Nações” em pleno regime capitalista, que permite lançar a um povo “livre e independente” a cruel intimação: “A bolsa ou a vida?”¹⁵

A crítica gramsciana ao protecionismo é acompanhada por uma luta sem quartel contra a posição nacionalista assumida pela social-democracia européia durante a guerra. O apoio suicida às políticas belicistas das classes dirigentes era a prova “da absorção de uma parte dos trabalhadores ao círculo de interesses econômicos e políticos de uma fração da burguesia, significa o fortalecimento do Estado burguês que tende a se perpetuar pela abdicação de uma parcela importante de seus antagonistas naturais”.¹⁶ A crítica radical ao nacionalismo operário – isto é, ao nacionalismo da aristocracia operária – decorria da leitura do importante livro de V. Lênin sobre o imperialismo (*Imperialismo, fase superior do capitalismo*), que afirmava que o esforço bélico das potências imperialistas teria sido apoiado no “front interno” pela classe operária.¹⁷ Esta crítica levará finalmente à cisão entre a corrente minoritária que constituirá o Pcd’I e o Partido Socialista no Congresso de Livorno de 1921.¹⁸ No entanto, no que se refere ao ordenamento do mercado mundial, é certo que, uma vez superado o protecionismo dos Estados europeus e iniciada a batalha pelo livre-cambismo, identificado como o regime político mais adequado aos interesses dos povos, Gramsci compreendeu que o ordenamento da política mundial não seria mais encaminhado no sentido clássico do século XIX entre nacionalismo e cosmopolitismo, entre protecionismo e livre-concorrência, mas sim no sentido do confronto entre hegemonias mundiais.

GRAMSCI E O LENINISMO

O descrédito em relação ao wilsonismo amadurece na interpretação de Gramsci à medida que a revolução bolchevique afirma-se na Rússia. Ele rompia para sempre a sua visão “continuista” entre a afirmação da democracia americana e a revolução comunista. A primeira não representou certamente o antecedente histórico e político da

segunda, mas tinha alimentado contra essa um conflito sem fronteiras, contra o próprio “direito dos povos”, recorrendo “ao bloco terrestre e marítimo, ao boicote, à sabotagem”.¹⁹ É recorrente no pensamento de Gramsci a consideração de que a nova “*civiltà* proletária” se desenvolveria a partir da burguesa: “o liberalismo, enquanto costume, é um pressuposto ideal e histórico do socialismo”.²⁰ Tratava-se de uma consideração tipicamente marxista embasada na nova centralidade social da fábrica e de um novo tipo de organização produtiva, dos quais derivaria uma ordem da política mundial erigida “sobre as bases e o modelo da grande oficina mecânica”.²¹ O liberalismo e o socialismo, a Liga das Nações e a Terceira Internacional disputavam um mundo unido pela mesma organização produtiva, que se fundava exatamente sobre a fábrica. A organização da Terceira Internacional comunista, fundada por Lênin em seguida à revolução russa, “a organização na qual cada povo, cada parte da humanidade ganha forma enquanto exercita uma determinada produção proeminente e não mais enquanto organizada na forma de Estado territorial”,²² colocava a classe trabalhadora no lugar antes ocupado pela renda passiva da propriedade. Essa Internacional visou uma “reorganização da economia mundial e uma reorganização de toda a convivência humana, nacional e mundial”.²³ Ao cosmopolitismo wilsoniano, Gramsci contrapunha a autodeterminação dos produtores por meio da construção de um partido comunista mundial, rigorosamente centralizado. À campanha americana pela liberdade nacional dos povos, Gramsci contrapunha a união internacional dos povos na reivindicação de uma liberdade comum e “orgânica”, uma liberdade mundial. Cada povo deveria fundar uma seção nacional da Internacional, firmemente dirigida do alto e obra de um restrito estado-maior da revolução proletária mundial.

Ambas as perspectivas visavam unificar a ordem mundial sob uma só forma política, compartilhando, paradoxalmente, a mesma propaganda antiimperialista. Como escreveu significativamente G. Arrighi, a hegemonia americana afirmava-se contra “o imperialismo do livre-comércio” inglês, em favor de “uma estratégia de negociação intergovernamental bilateral ou multilateral de liberalização do comércio”.²⁴ A revolução proletária, como todos os processos de descolonização e contrários às forças

conservadoras e reacionárias da política mundial – isto é, a burguesia liberal agonizante – chegaria a um resultado muito semelhante. Criaria-se um sistema interestatal mundial no qual os povos poderiam afirmar-se, reconhecendo-se como membros de título pleno. A perspectiva leninista apostava, na realidade, na possibilidade de “democratizar” o nacionalismo da classe operária européia e de “nacionalizar” o apelo ao internacionalismo dos povos coloniais, favorecendo assim o acordo igualitário dos povos no mercado mundial. Já o projeto wilsoniano, com as sucessivas emendas acrescentadas por Roosevelt e pelos teóricos da Guerra Fria, recomporia a hierarquia do comando americano sobre o mercado mundial, mantendo a forma política da negociação multilateral entre as nações.

Gramsci identificava na base produtiva – a fábrica – a nova “célula” do Estado, e também a estrutura que torna profundamente homogêneos o wilsonismo e o leninismo. Se em princípio Gramsci entrevia no wilsonismo a concretização histórica da doutrina marxista e o pressuposto da afirmação do socialismo em escala mundial,²⁵ isto se justificava pelo fato de que a administração social da economia concentrada na fábrica influenciaria em um sentido ou outro o resultado final da revolução produtiva e política que atingiria, em cinqüenta anos, o mercado mundial. A luta entre as hegemônias mundiais era, portanto, uma luta pelo poder produtivo mundial: enquanto a fábrica capitalista encontrava a sua objetiva centralização nos grandes trustes, no sistema comunista, a unidade econômica era autogerida e representada pelo

[...] conselho superior de economia nacional que distribua o trabalho e a produção de modo a alcançar um funcionamento industrial preciso e regular capaz de garantir ao aparato de trabalho o *tantum*: para o consumo interno, para a troca com os outros aparatos de produção do mundo, para a acumulação de novas riquezas.²⁶

Trata-se da mundialização do sistema produtivo fordista, aquela ordem, a saber, da economia

À campanha americana pela liberdade nacional dos povos, Gramsci contrapunha a união internacional dos povos na reivindicação de uma liberdade comum e “orgânica”, uma liberdade mundial.

industrial e da sociedade que deriva “da necessidade imanente de alcançar a organização de uma economia programática”.²⁷ O fordismo é o “ponto extremo do processo de tentativas sucessivas por parte da indústria para superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro”.²⁸ Esse modelo afirmar-se-ia gradualmente na medida em que a concorrência capitalista interimperialista cuidava de eliminar os velhos Estados coloniais europeus por meio das guerras mundiais. O novo sistema americano de produção se assentava mais sobre acordos comerciais de natureza assimétrica e hierárquica que sobre a ocupação de natureza colonial. O velho sistema, de fato, alcançara o seu ponto máximo – ocupando todo o globo –, mas também exaurindo em tal expansão todos os seus recursos produtivos e financeiros. Lênin o descreve:

[...] o domínio colonial assegurou ao monopólio, de modo absoluto, a vitória contra todas eventualidades na luta contra o adversário, até mesmo contra a possibilidade de que este se entrincheire atrás de alguma lei de monopólio estatal. Quanto mais o capitalismo está desenvolvido, quanto mais a escassez de matérias-primas

é sensível, quanto mais agudas são, em todo o mundo, a concorrência e a caça às fontes de matérias-primas, tanto mais desesperada é a luta pela conquista das colônias.²⁹

A crise datava da guerra entre as potências imperialistas que não conseguiram encontrar outra saída para a concorrência, senão recorrendo à política de potência e aniquilação recíproca. A crise era também a resposta,

do ponto de vista do Estado-nação, ao crescimento das necessidades ligadas à esfera da reprodução da força de trabalho, que era por sua vez submetida ao crescimento do grau de exploração e de apropriação de mais-valia.³⁰ O desenvolvimento da economia capitalista em escala global comporta um aumento vertiginoso dos custos ligados à reprodução da força de trabalho (o sobre-trabalho), que diminui em relação à massa de mais-valia produzida.³¹ O capital nada mais fez do que

[...] converter em mais-valia a maior parte possível da quantidade de uma determinada massa de trabalho, de

modo a empregar a menor quantidade possível de trabalho em proporção ao capital antecipado; de modo que os mesmos fatores que permitem aumentar o grau de exploração do trabalho impedem que – empregando o mesmo capital total – seja explorada a mesma quantidade de trabalho anterior.³²

Nessa dinâmica o lucro tende naturalmente a diminuir, devido à massa do capital total (máquinas, trabalhadores, transportes, etc.) empregada.³³ Eis então a definição da queda tendencial da taxa de lucro, a qual “está ligada a um aumento tendencial da taxa de mais-valia, isto é, do grau de exploração do trabalho”.³⁴ Enquanto o grau de exploração do trabalho torna-se mundial, e emergem os trustes e os impérios coloniais europeus, a queda da taxa de lucro faz-se sistema e impele constantemente a novas conquistas territoriais para a busca de novas matérias-primas e mão-de-obra a baixo custo, ao aumento da concorrência intercapitalista e interimperialista, ao abatimento dos custos da força de trabalho nacional e, enfim, à própria guerra.

Eis como Gramsci reformula a tese marxiana sobre a taxa de lucro: “O capital constante aumenta, mas neste incremento existe uma variável que retira o efeito da lei”.³⁵ Uma vez elaborado um sistema de máquina mais avançado, que aumenta o valor do capital constante, o capitalista beneficia-se de um monopólio. Este monopólio pode durar muito “também devido aos ‘altos salários’ que tais indústrias progressivas possam e ‘devam’ pagar, para ter a possibilidade de selecionar, na massa de operários existentes, aqueles ‘psicofisicamente’ mais adaptados para os novos métodos de trabalho e de produção”.³⁶ Este tipo de produção é gerador de crise e recoloca a queda tendencial da taxa de lucro que tem, assim, um curso cíclico até que “1) não tenha sido alcançado o limite matemático da resistência do material; 2) não tenha sido alcançado o limite no uso das máquinas automáticas; 3) não tenha sido alcançado o limite de saturação na indústria mundial”.³⁷ Esta lei está na base da expansão mundial do “americanismo”. É necessário, todavia, indicar o modo pelo qual, segundo Gramsci, o sistema fordista de produção e o da nova regulação antiimperialista do comércio internacional resolverá a crise estrutural induzida pela queda tendencial da taxa de lucro. Por meio de 1) uma racionalização da composição demográfica da população; 2) disciplina da força de trabalho nacional e

O novo sistema americano de produção se assentava mais sobre acordos comerciais de natureza assimétrica e hierárquica que sobre a ocupação de natureza colonial.

internacional ao regime produtivo da fábrica; 3) regulamentação e estabilização dos costumes sexuais; 4) racionalização da produção e do trabalho; 5) recurso aos altos salários e à criação de uma “aristocracia operária”; 6) reforma do Estado. Trata-se do modelo produtivo típico do “americanismo”, o qual entrega ao Estado a função de amortizar os custos da reprodução das relações capitalistas e a de evitar que a queda tendencial da taxa de lucro tenha conseqüências desastrosas no nível social. Para fazer isso o Estado deve recorrer “à amortização da dívida pública, à nominalidade dos títulos, maior peso da taxa direta sobre a indireta na formação dos balanços de orçamento”.³⁸ Pode-se dizer que os Estados-nação, como os Estados coloniais, foram igualmente atingidos por uma reestruturação epocal do mercado mundial que tende a exercitar a hegemonia da fábrica sobre as sociedades tradicionais que conservam ainda traços históricos de origem medieval e a dispersar os “intermediários profissionais da política e da ideologia”.³⁹ Essa reestruturação epocal, ocorrida inicialmente nos Estados Unidos da América, é uma “seleção ou ‘educação’” do homem adaptado aos novos tipos de *civiltá*, isto é, às novas formas de produção e de trabalho e acontece com o emprego de brutalidades inauditas, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os completamente”.⁴⁰

Cada mudança de *civiltá* implica crises. No sistema fordista do mercado mundial o recurso à crise é sistemático, no sentido de que a seleção da qual Gramsci falava acontece continuamente em direção a uma reestruturação contínua tanto do sistema político quanto do sistema produtivo.

A crise – escreve Gramsci – torna-se mais violenta pelo fato de que atingiu todos os estratos da população e entrou em conflito com as necessidades dos novos métodos de trabalho que nesse período vinham se impondo (taylorismo e racionalização em geral). Estes novos métodos exigiam uma rígida disciplina dos instintos sexuais (do sistema nervoso), isto é, um reforço da “família” em sentido amplo (não desta ou daquela forma de sistema familiar), da regulamentação e estabilidade das relações sexuais.⁴¹

A coerção operada pela fábrica e o recurso sistemático à crise do ciclo produtivo e à sua contínua reestruturação é então empregada “sobre todo o complexo social”, recorre à ideologia puritana que justifica o apelo à força até que a resistência das massas não tenha sido quebrada.

Durante a crise que atinge o mundo ocidental em 1929, Gramsci esboça uma confirmação da estrutura da economia mundial:

Todo o pós-guerra é crise, com tentativas para derrotá-la, de vez em quando alcançam sucesso num país ou em outro. Para alguns (e talvez não por acaso), a própria guerra é uma manifestação da crise, senão sua primeira manifestação: a guerra foi exatamente a resposta política e organizativa dos responsáveis pela crise.⁴²

Essa crise “tem origens internas, nos modos de produção e, conseqüentemente, de comércio, e não em fatos políticos e jurídicos”.⁴³ Disso deriva “a exaltação do elemento nacionalista (estatal-nacionalista) na economia: contingências, ajustes, restrição ao comércio de divisas, comércio equilibrado entre apenas dois Estados, etc.”⁴⁴ Em suma, o desenvolvimento do capitalismo “foi uma crise contínua, se assim se pode dizer, isto é, um acelerado movimento de elementos que se equilibravam e defendiam”.⁴⁵ Mas de que modo a crise penetra o mercado mundial? Gramsci responde deste modo:

[...] o problema fundamental é o produtivo. E, na produção, o desequilíbrio entre indústrias progressivas (nas quais o capital constante foi aumentado) e indústrias estacionárias (onde conta muito a mão-de-obra imediata). Compreende-se que ocorrendo também no campo internacional uma estratificação entre indústrias progressivas e estacionárias, os países onde as indústrias progressivas são abundantes sentiram mais a crise. Daí verificarmos que várias ilusões resultam da não compreensão de que o mundo é uma unidade, queira-se ou não, e que todos os países, permanecendo em certas condições estruturais, passarão por certas “crises”.⁴⁶

A unidade do mundo é constituída por crises de produção. Essas crises determinam uma distinção entre indústrias “progressivas”, nas quais os meios de produção, quer dizer, o capital constante, está em poder do capitalista, um capital individual; e indústrias “estacionárias” nas quais a força de trabalho, o capital variável, é simplesmente uma mercadoria que pode ser comprada e vendida pelo capitalista sem que isto incida significativamente sobre o capital constante.⁴⁷ Nas primeiras indústrias, evidentemente situadas nos países imperialistas europeus e nos Estados Unidos da América, a força de trabalho é totalmente incorporada no capital constante e produtivo, ela é “a forma pessoal” da existência do capital produtivo. Nas indústrias estacionárias, ou periféricas, situadas

no mundo colonial, a força de trabalho é estranha ao capital constante, não é incorporada no processo produtivo, é simplesmente objeto de uma troca com o capitalista estrangeiro. Dado que o mercado mundial é composto seja pelas primeiras indústrias, seja pelas segundas, a crise atinge tanto umas quanto as outras, com a diferença que as indústrias progressivas, aquelas que produzem capital constante, sentem muito mais o efeito da crise, senão a ponto de sucumbir sob o peso da diminuição da taxa de lucro. Aqui a razão do apelo desesperado a políticas protecionistas de modelo nacionalista que não fazem mais que piorar a situação econômica do mundo colonial.

A REVIRAVOLTA DE 1929

Antes da crise, é evidente que Gramsci via em Lênin o teórico da autodeterminação dos povos, partindo de um outro arranjo da produção mundial que colocava em crise a ordem hierárquica mundial estabelecida depois da vitória americana na guerra. O comunismo realizado seria, portanto, o herdeiro da cultura e da técnica burguesas no seu mais alto grau de desenvolvimento. Assim, o imperialismo típico da fase financeira da expansão capitalista no mercado mundial cederia espaço a uma sistemática descentralização do poder decisório e econômico em favor das massas revolucionárias, das ordens profissionais mais avançadas, das camadas mais avançadas. A crise de 1929 assinala uma reviravolta definitiva na política da União Soviética: com a renúncia da revolução mundial em favor da perspectiva do socialismo em um só país a inspiração leninista originária é abandonada. A alavanca fundamental para estender a revolução ao mercado mundial se encontrava de fato na divisão internacional do trabalho, aquela identificada por Gramsci entre indústria “progressiva” e indústria “estacionária”, entre metrópoles imperialistas e periferias coloniais: foi deixada, então, nas mãos dos Estados Unidos.

Nos anos da crise mundial, a União Soviética não renunciava à forma programática da economia, mas abdicava do papel de antagonista ideológico e hegemônico dos Estados Unidos da América no interior do mercado mundial constituído desde então sobre a mesma unidade produtiva da fábrica. A derrota do leninismo, a partir de então, é um fato histórico: Lênin tinha intuído a natureza da

revolução no Ocidente, mas o debate na União Soviética mudou em direção a outras posições, que a levaram a um isolamento político que duraria até 1945. A relativa exterioridade em que se colocou a União Soviética em relação à crise de 1929, torna-se uma formidável arma de propaganda que preparou o seu reposicionamento enquanto potência imperial e territorial, como no final da Segunda Guerra Mundial.

NOTAS

- ¹ Immanuel Wallerstein, *After Liberalism*, trad. it. Federica Censolo, *Dopo il liberalismo* (Milão: Jaca Book, 1998), p. 113.
- ² Paul Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, trad. it. Andrea Cellino, *Ascesa e declino delle grandi potenze* (Milão: Garzanti, 2001), p. 399.
- ³ Eric Hobsbawm, *Age of Extremis – the Short Twentieth Century 1914-1991*, trad. it. Brunello Lotti, *Il secolo breve 1914-1991* (Milão: Rizzoli, 1997), p. 251.
- ⁴ J. Schurmann, *The Logic of World Power*, trad. it. Carla De Leonardis, *La logica del potere. Le origini, le correnti e le contraddizioni della politica mondiale* (Milano: Il Saggiatore, 1980), p. 87.
- ⁵ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, trad. it. Mauro di Meglio, *Il lungo XX secolo. Denaro, potere e le origini del nostro tempo* (Milão: Il Saggiatore, 1996), p. 99.
- ⁶ Eric Hobsbawm, *Age of Extremis – the Short Twentieth Century 1914-1991*, trad. it. Brunello Lotti, *Il secolo breve 1914-1991*, cit., p. 441.
- ⁷ Antonio Gramsci, *Il nostro Marx 1918-1919* (Turim: Einaudi, 1984), pp. 157-158.
- ⁸ *Ibid.*, p. 183.
- ⁹ Antonio Gramsci, *Cronache torinesi 1913-1917* (Turim: Einaudi, 1980), p. 497.
- ¹⁰ Antonio Gramsci, *Il nostro Marx 1918-1919*, cit., p. 497.
- ¹¹ Antonio Gramsci, *Scritti giovanili 1914-1918* (Turim: Einaudi, 1972), p. 156.
- ¹² *Ibid.*, p. 157.
- ¹³ *Ibid.*, p. 319.
- ¹⁴ *Ibid.*, p. 185.
- ¹⁵ Antonio Gramsci, *Il nostro Marx 1918-1919*, cit., pp. 443-444.
- ¹⁶ Antonio Gramsci, *Scritti giovanili 1914-1918*, cit., p. 160.
- ¹⁷ V. I. Lenin, *Opere complete*, v. XXII, dicembre 1915-luglio 1916 (Roma: Editori Riuniti, 1966), pp. 283-284.
- ¹⁸ Antonio Gramsci, “Socialismo e fascismo”, em *L'Ordine Nuovo* (Turim: Einaudi, 1966), pp. 40-41.
- ¹⁹ Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920* (Turim: Einaudi, 1987), p. 149.
- ²⁰ Antonio Gramsci, *Scritti giovanili 1914-1918*, cit., p. 225.
- ²¹ Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 126.
- ²² *Ibid.*, p. 127.
- ²³ *Ibidem.*
- ²⁴ Giovanni Arrighi, *The Long Twentieth Century*, trad. it. Mauro di Meglio, *Il lungo XX secolo. Denaro, potere e le origini del nostro tempo*, cit., p. 102.

- ²⁵ Antonio Gramsci, *Scritti giovanili 1914-1918* (Turim: Einaudi, 1972), cit., p. 319.
- ²⁶ Antonio Gramsci, *L'Ordine Nuovo 1919-1920*, cit., p. 315.
- ²⁷ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere* (Turim: Einaudi, 1975), Q22, p. 2.139.
- ²⁸ *Ibid.*, p. 2.140.
- ²⁹ V. I. Lenin, *Opere complete*, v. XXII, cit., p. 260.
- ³⁰ Karl Marx, *Il capitale*, I (Roma: Editori Riuniti, 1989), pp. 437 ss.
- ³¹ Karl Marx, *Il capitale*, cit., vol III, p. 284.
- ³² *Ibidem.*
- ³³ *Ibid.*, p. 285.
- ³⁴ *Ibid.*, p. 291.
- ³⁵ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., Q7, pp. 882-883.
- ³⁶ *Ibidem.*
- ³⁷ *Ibidem.*
- ³⁸ Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, cit., Q22, p. 2.157.
- ³⁹ *Ibid.*, p. 2.146.
- ⁴⁰ *Ibid.*, p. 2.161.
- ⁴¹ *Ibid.*, p. 2.163.
- ⁴² *Ibid.*, p. 1.756.
- ⁴³ *Ibidem.*
- ⁴⁴ *Ibidem.*
- ⁴⁵ *Ibid.*, p. 1.757.
- ⁴⁶ *Ibidem.*
- ⁴⁷ Karl Marx, *Il capitale*, cit., vol. II, p. 41.